



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

ATA DA 203ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2024

Em 13 de março de 2024, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Representantes do poder público: Ariel Chaves Santana Miranda, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Sérgio de Paula e Silva Júnior, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Emerson Roberto Guimarães Lima, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Solimar Assis, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Alice Senra Cheib, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Henriqueta Vasconcelos Lemos Correia, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Marilene Fabri Lima, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Kathleen Garcia Nascimento, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Ivan Tavares de Melo Filho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Junior Silvano Alves, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (MPMG); Lucas Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); João Augusto de Pádua Cardoso, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Silvia de Freitas Xavier, do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Neide Mateus Rodrigues, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG); André Amaral Horta, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Coryntho José de Oliveira Filho, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental; Fernando Benício de Oliveira Paula, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Ronaldo Costa Sampaio, da Associação Mineira Lixo Zero (Amliz); Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia de Proteção à Biodiversidade (IHMBio); Wander Magalhães Moreira Júnior, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais (Senar-MG); Henrique Paprocki, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Tamires Mousslech Andrade Penido, do Instituto Antônio Ernesto de Salvo (Inaes); Virgínia Campos de Oliveira, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Wander Lúcio Rodrigues Alves, da Associação dos Produtos de Soja, Milho, Sorgo e Outros Grãos Agrícolas do Estrado de Minas Gerais (Aprosoja); Maria Emília Borges e Borges, da Associação Brasileira de Engenheiros Cíveis (Abenc). Assuntos em pauta. 1) ABERTURA. Verificado o quórum regimental, a presidente Marília Carvalho de Melo declarou aberta a 203ª reunião do Plenário do COPAM e deu boas-vindas aos conselheiros. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não houve comunicados. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Jeiza Fernanda Augusta de Almeida, da SEMAD, esclareceu sobre desincompatibilização de conselheiros do COPAM durante o período eleitoral, em caso de participação como candidatos a cargo público. Informou que é exigida a substituição dos conselheiros que forem participar do pleito, conforme Lei Complementar nº 64, e citou questões de impedimento de que trata a Lei 14.184 e os critérios de substituição previstos no Regimento Interno do COPAM. Orientou que seja consultado o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quanto ao prazo para desincompatibilização, solicitou que o órgão ou entidade entre em contato com a SEMAD para a formalização do respectivo processo SEI nos casos de necessidade de substituição para desincompatibilização ou por qualquer outro motivo e colocou a Secretaria Executiva à disposição. **5) EXAME DA ATA DA 202ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 202ª reunião do Plenário do COPAM, realizada em 13 de dezembro de 2023. Votos favoráveis: ALMG, AMM, Cedec, MPMG, PMMG, Seapa, Secult, Sede, Sedese, SEE, SEF, Segov, Seinfra, SEMAD, Seplag, SES, Abenc, ACMinas, Amliz, Aprosoja, CMI, Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Faemg, Fetaemg, Fiemg, Ibram, IHMBio, Inaes, Instituto Espinhaço, Senar, PUC Minas, SME e Zeladoria do Planeta. Ausências: Crea, MMA e Abes. **6) PROGRAMAÇÃO DA SEMANA DA ÁGUA 2024. Apresentação: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).** Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira, do IGAM, apresentou ao Plenário do COPAM a programação da Semana da Água, com diversos eventos e atividades entre os dias 18 e 22 de março, convidou a todos os conselheiros para participar e solicitou o apoio na divulgação. **7) CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP) 28 - OS DESDOBRAMENTOS E AS AÇÕES SUBSEQUENTES. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** Renata Maria de Araújo, superintendente de Qualidade Ambiental e Mudanças Climáticas, da SEMAD, fez apresentação sobre a Conferência das Partes (COP) 28 - Os desdobramentos e as ações subsequentes, destacando as principais agendas da comitiva mineira na COP, realizada em Dubai, e casos de sucesso de Minas Gerais desenvolvidos por iniciativas do Estado e do setor produtivo. Após a exposição, foram registradas as seguintes manifestações. Debates. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello/Faemg: "Obrigada. Muito bom ver essa apresentação da Renata. Estivemos juntas na COP, especialmente no 'Minas Day', que foi um evento marcante para Minas Gerais, para todos os segmentos de Minas Gerais. E eu vejo que ir a um evento dessa magnitude nos traz oportunidades, como aqui muito bem mostrado pela Renata, e também é uma oportunidade de levarmos para lá, para interlocução que não seja nós mesmos, a nossa realidade, as nossas situações. E aí eu falo até, especialmente, do ponto de vista do setor agropecuário, que a agricultura, sabemos que, sim, a Europa tem uma grande força, uma grande participação nesse âmbito da ONU, nesses acordos etc., e nós vemos que a nossa agricultura é realmente muito diferente do que eles têm conhecimento. Quando falamos, por exemplo, de três safras e uma série de diferenciais da agricultura tropical brasileira e mineira, vemos que o pessoal fica assim sem conseguir compreender, a princípio, é uma coisa muito diferente para eles. E nós precisamos, cada vez mais, reforçar isso e levar a nossa realidade. Porque o que temos visto, especialmente nessa COP de Dubai, em que está sendo discutida, inclusive, a participação da agropecuária através do trabalho de Sharm El-Sheikh, no Acordo de Paris, nós vemos que precisamos levar essa realidade, porque o país tem realmente uma grande participação global no que se refere à agropecuária. E não podemos deixar que isso seja pesado por um número grande de países menores e de menos representatividade no agro. Nós temos muito a ensinar, muito a levar. Inclusive, surpreendentemente, nós somos chamados por países, a Liga Árabe, por exemplo, nos chamou falando 'nós já fizemos de tudo, instalamos uma planta de biocombustíveis e não conseguimos chegar à produção máxima; é impossível'. Estão querendo apoio nosso, do Brasil, de Minas Gerais,

para conseguir desenvolver. Eles acham que nós fazemos mágica. Então eu queria trazer essa questão dessa oportunidade e colocar também, como foi mencionada, a legislação europeia relacionada a não importar determinados tipos de produtos oriundos de áreas desmatadas, ao longo de toda a cadeia produtiva, uma ferramenta muito importante para o Brasil, para Minas Gerais é o Cadastro Ambiental Rural, é a nossa ferramenta oficial, que não precisaríamos de ter em outras instituições ou países desenvolvendo formas de monitoramento. Nós já temos. Temos o Cadastro Ambiental Rural, temos diversos instrumentos de monitoramento de cobertura vegetal e tudo mais, e o que precisamos fazer é fortalecer. Nós enviamos 20 entidades, e em conjunto assinaram um ofício, agora na semana passada, para o governador Zema, relacionado a exatamente isso. Porque se não conseguimos identificar e tratar dos gargalos, das questões que barram a efetiva validação dos Cadastros Ambientais Rurais, não vamos ter o efeito desejado do Código Florestal. É com o cadastro validado que o produtor rural consegue acessar crédito, ter o desconto na taxa de juros do Plano Safra, uma série de outras questões. E também é nesse momento do CAR validado que o órgão ambiental consegue e pode, legalmente, convocar o produtor rural, naquele prazo de um ano, para ele aderir ao PRA, o Programa de Regularização Ambiental, que vai, por consequência, efetivar o Código Florestal, o tratamento dos passivos ambientais. E essa é uma agenda comum nossa, uma agenda comum do setor produtivo, do Estado de Minas Gerais, do Brasil, e nós precisamos de ter tratativas nessa seara. Estou vendo aqui o Wander representando a Aprosoja. A Aprosoja foi uma dessas 20 entidades que assinaram conosco o ofício que foi ao governador, só para tratar disso. E trazer também aqui o lançamento... Minas Gerais fez, há algum tempo, o lançamento de um programa chamado Movido pelo Agro, relacionado ao incentivo à utilização do etanol como combustível. O Brasil, Minas, nós temos esse combustível. Claro que a questão de elétrico é uma estratégia e tal, mas nós temos isso no Brasil já há muitas décadas. Então fizemos um projeto e apresentamos, inclusive, na COP 28, e o sucesso dele foi tão grande que Mato Grosso do Sul resolveu aderir. Então ontem foi lançado o Movido pelo Agro no Mato Grosso do Sul, com o mote, inclusive, de Minas para o Brasil. Depois vai ser lançado no Nordeste. Tem alguns Estados na fila. Então estamos nos movendo, secretária Marília, com relação também aos nossos compromissos diante do Race to Zero. Fui um pouco longa, mas acho que esse assunto tem muita importância para nós, e é este momento que temos para trazer para todos vocês.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Ana Paula. É absolutamente precisa e importante a sua colocação. De fato, essas nossas participações em eventos internacionais nos dão diversos benefícios. Primeiro, do ponto de vista de política pública, têm nos permitido captação de recursos internacionais constantes para as nossas ações. O nosso Inventário, nosso Plano de Ação Climática e o próprio MRV são com recursos do governo britânico. Temos hoje uma bolsista do governo francês aqui conosco, desenvolvendo um trabalho com os municípios. Mas um tema também muito importante dessa participação, como você disse, é desmistificar falsas informações que vão para fora do país. Lembrando que Minas Gerais tem 33% da sua área com cobertura vegetal nativa, que há um esforço tecnológico grande do setor de agricultura no Estado de Minas Gerais para poder tanto regularizar ambientalmente quanto produzir com a utilização de menos insumos, sejam eles de todas as origens. E temos oportunidade de mostrar que nós estamos avançando e já estamos muito à frente do que, de fato, é colocado lá fora em relação às nossas ações. O Leonardo está aqui do meu lado, ele participou me representando nesta semana, na segunda-feira, no evento com a Comunidade Europeia, com o secretário Thales e o IEF. Nós estamos consolidando também a ferramenta Selo Verde aqui no Estado de Minas Gerais. Então diversas ações em parceria com o setor da agricultura, que vão a cada dia nos dar condições, com dados técnicos, práticos, objetivos e assertivos, de demonstrar como que o agro no Estado de Minas Gerais tem se posicionado de uma maneira diferenciada em relação a essa agenda do clima. A agenda do clima é uma agenda muito abrangente, mas, especialmente, nessa questão da utilização de recursos ambientais, de preservação, de integração com os diversos aspectos que se relacionam à agenda. Então, muito obrigada, pela sua fala.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta/CMI: “Eu pedi a palavra, presidente, porque vi uma separação muito importante, feita pela Renata, na apresentação dela, da questão da impropriedade do nome do Race to Zero. Primeiro de como essa questão de compensação de emissões de carbono é complexa. Eu mesmo demorei muito a entender, grosseiramente, como é que isso funciona. Então o cidadão leigo entende pouco. E aí o que é importante disso é que essa questão, há muito tempo, produz repercussões em matéria de licenciamento ambiental de maneira imprópria. E eu tenho a impressão de que, a partir da assinatura do governo, esse efeito colateral cresceu no compromisso pelo Race to Zero. De que maneira? No momento de licenciamento, a autoridade, em vez de discutir se uma determinada emissão está sendo compensada ou não, a autoridade quer impor que a emissão não exista. E isso cria repercussões grandes. Por exemplo, um caso muito recente – é bom dizer que não tem nada a ver com a SEMAD –, participei, dentro do Comam, de BH, da deliberação polêmica da supressão de árvores na Pampulha para a Stock Car. Uma das argumentações que se gritava a altos pulmões, não pelo Conselho, mas por particulares, pessoas do público que participavam da reunião, é que o evento é muito poluente, que os carros emitem muito dióxido de carbono, que tem a própria supressão das árvores e por aí vai. E ocorre que, de fato, é um evento que é carbono zero, que quer dizer que ele compra, pelos mecanismos internacionais, créditos de carbono para superar essas emissões que ele gera de maneira estimada. E é muito interessante que disseram isso. No caso, por um convênio, o empreendedor é a própria prefeitura. Explicaram que o evento é carbono zero etc., e os populares não acreditam nisso, falam ‘esse mecanismo não existe’ ou ‘não funciona, isso é uma mentira’. O ponto: isso também existe com os técnicos da Secretaria de Meio Ambiente da prefeitura, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. E também tranquilo para dizer, porque, sei lá, 15 anos atrás, quando eu nem estava no COPAM, mas acompanhava as reuniões de fora, existia toda uma discussão sobre impacto do empreendimento, porque ‘ah, vai ter caminhão, então gera carbono’. Isso dentro de uma usina de cana-de-açúcar, que vai fabricar biocombustível, é uma colocação que não tem lógica nenhuma. Mas no pensamento simplista, mal estruturado e fora da lógica do que é a compensação de crédito de carbono, isso parece uma verdade e produz uma repercussão muito complicada dentro do licenciamento. Em geral, quando isso vinha, ou com objetivo de ampliar a compensação ou de propor o próprio indeferimento de uma licença ou criar condicionante própria. Então o que eu estou dizendo? É importante, junto com a questão do Race to Zero e de toda essa política, que eu acho espetacular, que estamos construindo – até acho que cedo ou tarde nós vamos chegar ao nosso mercado próprio do Estado, dos créditos, já que a União eu não sei se vai regular direito –, fazer a campanha de conscientização interna sobre o que seja, efetivamente, isso de descarbonização. Deixar claro que tem pouco a ver com a necessidade ou obrigação de redução de fonte. Claro que se você tiver uma fonte, um redutor de fonte viável, preferível que se use. Mas se não houver... Por exemplo clássico, indústria de ferro-gusa, para além do filtro, vai reduzir a emissão como? Não vai. E essa redução é muito pouca, a indústria de ferro-gusa tem que caminhar no caminho de compensar as emissões. Mas sempre que vem esse tipo de processo em pauta você sempre vai ter a discussão, ‘ah, mas tem que reduzir, tem que reduzir, não há tecnologia para reduzir’. Se não há, a discussão tem que ser alinhada e colocada no campo da compensação dos créditos. E eu acho que é bastante isso, é de explicar o que é, ensinar para dentro, porque é difícil, é técnico. Parece muito simples, tem nada de simples. Eu custei um bom tempo para conseguir entender esse funcionamento, e olha que fui correr atrás para um processo, meu projeto, meu processo, nem sujeito a licença; tinha o Adriano Tonaco, que é um craque nesse assunto, para me explicar, e gastei um mês para entender direito como é que esse negócio funciona. E até hoje não sei direito. Mas o básico, eu acho que é importante conter esse efeito colateral de licenciamento e produzir o devido valor do crédito de carbono comprado para o empreendimento que se licencia. É uma distorção, e achei conveniente trazer isso, porque achei muito precisa essa separação que a Renata fez na fala dela, fundamental.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro Manetta. Realmente, sua colocação é muito importante. Nós vamos, inclusive, pensar aqui como que trabalhamos uma comunicação mais assertiva para que esse entendimento fique claro. E queria fazer uma observação sobre a sua fala. De fato, o nosso Plano de Ação Climática estabelece algumas metas setoriais; isso está lá posto. E temos discutido muito dentro do governo, tivemos oportunidade, inclusive, de fazer um grande seminário, em parceria com a Fiemg, sobre mercado de carbono. Porque não é também justo nós iniciarmos a cobrança das reduções propostas no Plano de Ação Climática se não tivermos um mecanismo econômico que garanta também uma contrapartida a esses empreendimentos, que por óbvio deverão ter um investimento de aprimoramento tecnológico dos seus controles. Então, como você colocou, de fato, nós já estamos estudando uma proposta de um projeto de lei para instituir um mercado regulado no Estado de Minas Gerais. No final do ano,

inclusive, um pouco antes da COP 28, teve uma movimentação no Congresso Nacional para um projeto de lei, mas uma movimentação pré-COP, muito provavelmente para uma repercussão naquele momento, como estamos acostumados a ver, mas não encaminhou para uma efetivação. Então nós tomamos a decisão aqui de que no governo de Minas nós vamos fazer uma proposta. Por óbvio, nós precisamos de uma legislação. Mas vamos trabalhar junto com todos vocês na Assembleia Legislativa, porque, se você começa a estabelecer as metas, e há uma redução, a adicionalidade precisa estar mensurada para, de fato, as pessoas terem o direito aos créditos de carbono e usarem, inclusive, como mecanismo de compensação naquilo que não consegue se mitigar ou de se reduzir de emissão de gás de efeito estufa.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Enquanto sociedade civil, representante, eu queria só manifestar a nossa alegria de poder estar vivenciando, junto com os demais, este momento de construção intersectorial, respeitosa e tão dinâmico nesse processo que Minas Gerais vem se destacando no mundo. É necessário ressaltar, Marília, o seu trabalho frente ao Sisema, que realmente vem abrindo a possibilidade de uma participação da sociedade civil de forma realmente muito concisa. E todo esse processo que nós estamos ratificando terá, com certeza, a nossa chancela, porque nós entendemos que é aspiração da sociedade e que nós vemos agora sendo gradativamente edificada no Estado, no país e no mundo. É necessário, é um caminho longo, é claro que teremos muitos entraves, mas, dependendo de um trabalho em conjunto que eu agora tenho o prazer de poder estar presenciando, da Faemg, da Fiemg, junto com o governo do Estado, eu acredito que poderá alcançar rapidamente as metas, desde que alguns parlamentares da nossa Assembleia Legislativa possam colaborar no processo de forma mais democrática, podendo abrir mais a palavra não só para os seus, mas para toda a sociedade poder ser ouvida em processos importantes. Muito obrigado e parabéns.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro. Hoje pela manhã, eu participei de um evento do MP, que era sobre desastres ambientais e mudança do clima, e também apresentei um pouco da nossa política e falei muito sobre essa ferramenta MRV que a Renata mencionou. Porque, de fato, uma política de mudança climática não pode ser uma política de governo. Nós impulsionamos essa política agora, a partir da liderança do governador Romeu Zema, mas é uma política de longo prazo para garantir a sua efetividade, como você muito bem colocou. Então o que temos buscado – e a ferramenta MRV é fundamental para isso – é dar transparência de todas as ações que estão propostas, as metas, o que está sendo executado, o que ainda tem a executar de curto, médio e longo prazo, para que, de fato, a sociedade se aproprie dessa política pública, independente do governo que esteja aqui, e possa garantir a continuidade do que foi planejado com muito cuidado técnico, com base científica e com uma discussão ampla com todos os setores. Então, corroborando sua fala, te agradeço. A sociedade civil tem um papel importante, e a sua liderança, também. Muito obrigada.” Conselheiro André Amaral Horta: “Eu parabeno o Estado pela iniciativa e pelo pioneirismo de sempre, Minas Gerais saindo na frente. Parabéns a todos os envolvidos.”

8) DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 249, DE 30 DE JANEIRO DE 2024, QUE DEFINE AS DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DOS SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA NO ESTADO DE MINAS GERAIS E ALTERA A DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 217, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017. **Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** Alice Libânia Santana Dias, superintendente de Resíduos, da SEMAD, fez apresentação sobre a Deliberação Normativa COPAM 249/2024, que define as diretrizes para implementação, operacionalização e monitoramento dos sistemas de logística reversa no Estado de Minas Gerais e altera a Deliberação Normativa COPAM 217/2017. Após a exposição, a presidente Marília Carvalho de Melo informou que foi realizado um webinar sobre o tema, nesta semana, e que a SEMAD planeja um seminário no segundo semestre deste ano para uma discussão mais ampla sobre a implementação da DN 249.

9) RESULTADOS DO PROJETO RECICLA BELÔ. **Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** Alice Libânia Santana Dias, superintendente de Resíduos, da SEMAD, fez apresentação sobre o projeto Recicla Belô, iniciativa de catadores de materiais recicláveis da capital e pesquisadores da UFMG. O projeto foi realizado durante o Carnaval deste ano, com apoio da SEMAD, Sedese, Ministério Público de Minas Gerais, Centro Mineiro de Referência em Resíduos, Prefeitura de Belo Horizonte, Copasa e Cemig. Após a exposição, a presidente Marília Carvalho de Melo fez o seguinte destaque: “Eu queria primeiro agradecer à Alice, a apresentação, mas é importante fazer algumas referências também que esse projeto só foi possível em função de um apoio fundamental do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, através do Dr. Carlos Eduardo, através da plataforma Sementes, que disponibilizou uma parte significativa dos recursos para execução desse projeto. Também parceria da Cemig e da Copasa, com aporte também de recursos para que nós organizássemos a execução do projeto junto com as associações de catadores aqui de Belo Horizonte. Então fazer esse registro. Como a Alice muito bem pontuou ao final, essa experiência, esse piloto aqui em Belo Horizonte, nos alertou da importância de organizarmos um programa para grandes eventos. Já estamos avaliando isso e discutindo. Hoje, inclusive, pela manhã, eu estava no Ministério Público e conversei com o Dr. Carlos Eduardo. E ele está atento a essa questão, querendo que levemos à frente, inclusive, se disponibilizando para aportar novos recursos para que possamos ampliar isso em outras cidades, em outros grandes eventos, para além do Carnaval, como foi o Recicla Belô.” Em seguida, foi exibido vídeo sobre o projeto, com depoimentos de trabalhadores da reciclagem e seus representantes.

10) ASSUNTOS GERAIS. Conselheiro João Augusto de Pádua Cardoso/ALMG: “Apenas cumprimentá-los por essas iniciativas, tanto a logística reversa, que foi tratada aqui, quanto esse projeto Recicla Belô também. Fiquei encantado com isso. Parabéns pela iniciativa.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, João... Que tenhamos um ano de 2024 muito profícuo e reforçando: este Conselho tem um papel muito importante, nós temos uma participação muito mais ativa nas Câmaras Técnicas, mas eu queria reforçar novamente o papel dos conselheiros do Plenário do COPAM. É aqui que tem competência de propor discussões de políticas públicas, de aprimoramento de políticas públicas. Então nós queremos muito ser, por vocês, motivados para discussões de novas deliberações que nós precisamos pensar, discutir, novas ações sob responsabilidade da SEMAD e de todas as instituições vinculadas do Sisema.”

11) ENCERRAMENTO. Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Leonardo Monteiro Rodrigues

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
e Presidente Suplente do Conselho Estadual e Política Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Monteiro Rodrigues, Secretário de Estado Adjunto**, em 16/09/2024, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **97121415** e o código CRC **933AF67C**.